

## PARECER JURÍDICO



É submetida a análise deste departamento os atos de desencadeamento de procedimento, no qual o Secretário Municipal de Administração através do ofício 059/2017, solicita AQUISIÇÃO DE OVOS DE CHOCOLATE, conforme documentos constantes, contendo descrição do objeto com valores, de acordo com orçamentos anexos. Sendo, o que o mesmo foi deferido preliminarmente pelo Chefe do Executivo em 26 de janeiro de 2017.

Encaminhado ao Departamento de Contabilidade, o procedimento retornou com informações juntamente com o termo de referência dizendo que há previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das despesas no valor de R\$25.489,85 (vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), conforme faz prova documentos constantes nos autos.

Assim, considerando o valor estimado dos gastos e natureza do objeto, e uma vez inexistente a possibilidade de dispensa ou inexigibilidade, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, obrigatório se faz o Procedimento Licitatório para a finalidade pretendida, o que poderá ser procedido pela Modalidade **PREGÃO**, pelo **MENOR PREÇO**, com fundamento na Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores como também da Lei complementar 123 e 147, no tocante as ME e MEPP.

Devendo o Pregoeiro e Equipe de Apoio, Devendo o Pregoeiro e Equipe de Apoio, observadas as formalidades legais, iniciar o processo de licitação, com a elaboração da minuta do edital, observadas as formalidades legais e a realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93, de modo a majorar a competitividade do certame.

É o parecer, desta Procuradoria,

Laranjal, 27 de março de 2017.

Cilmar A.G. Esteche Procurador - OAB nº71571

## PARECER JURÍDICO

(Edital)



Em atendimento ao constante no despacho do Prefeito Municipal, bem do Departamento de Licitação, esta Assessoria Jurídica, com fulcro no Art. 38 Parágrafo Único da Lei 8.666/93, bem como na Lei Federal n.º 10.520/02 Leis complementares 123 e 147, passa a analisar a regularidade técnica dos documentos e minuta do edital de Licitação, modalidade Pregão visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CHOCOLATES DIVERSOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CRIANÇAS PARTICIPANTE DOS PROJETOS SOCIAIS denota-se;**

**Que o edital e seus anexos,** contemplam a existência das cláusulas necessárias, conforme previsão contida nos Artigos 40 e ss. da Lei n.º 8666/93 e Lei n.º 10.520/02.


E também atende as leis complementares n.º. 123/2006 art. 3º e art. 18, e Lei n.º. 147/2014, com exclusividade a ME e EPPs.

Outrossim, a minuta do contrato administrativo, também preenche os requisitos necessários para o fiel cumprimento do objeto, estando o mesmo de acordo com o Artigo 55, do mesmo diploma legal citado;

Razão pela qual, encontra-se o presente processo em condições de ser autorizado, pelo Sr. Prefeito Municipal, se assim o mesmo entender.

É o parecer desta Procuradoria.

Laranjal, 28 de março de 2017.

  
**Cilmar A. G. Esteche**  
Procurador - OAB nº71571